

# ARQUIVO 1

# "Patrimônio, Turismo e Sustentabilidade"

Nelson A. Quadros Vieira Filho\*

## Resumo

Este artigo discute, inicialmente, a definição de "patrimônio", evidenciando como este é um conceito culturalmente construído e como tal, passível de diferentes percepções e usos por diferentes segmentos sociais. A partir desse quadro de referência, da consideração do papel do patrimônio na sociedade, da problemática da sua preservação e de alguns exemplos concretos, aborda-se a importância do patrimônio para o turismo, os possíveis efeitos do turismo sobre o patrimônio das regiões de destino, tais como sua degradação, conservação e revitalização, bem como alguns conflitos e necessidades que normalmente se colocam para a gestão do patrimônio em contextos turísticos. Com base nessa discussão, conclui-se com algumas considerações e sugestões referentes ao planejamento e gestão sustentável do patrimônio turístico, salientando-se o papel desse processo para as regiões de destino turístico e para o desenvolvimento do país.

**Palavras chaves:** Patrimônio, turismo, planejamento, gestão sustentável, desenvolvimento.

## Abstract

This article discusses, initially, the definition of "heritage", evidentiating how this concept is culturally constructed and, as such, subject to different perceptions and uses by different social segments. Departing from this framewok of analysis, from the consideration of the role of heritage in society, the problem of its preservation and some concrete examples, this article approaches the importance of heritage for tourism, the possible effects of tourism over the heritage of tourist destinations, such as its degradation, conservation and revitalization, as well as some conflicts and needs which normally occurs in heritage management in tourist contexts. Based on this discussion, the article concludes with some considerations and sugestions

\*Ph.D. Manchester; Antropólogo, Consultor e Professor de Turismo da UNA

related to the planning e sustainable management of the tourist heritage, stressing the role of this process for tourist destinations and for the development of the country.

**Keywords:** Heritage, tourism, planning, sustainable management, development.

## A definição de patrimônio e sua problemática

O significado do termo patrimônio pode variar de acordo com a visão de diferentes indivíduos, organizações, instituições sociais e culturas, em um mesmo período histórico ou em momentos diferentes, segundo as circunstâncias.

Inicialmente, o termo esteve mais relacionado à herança familiar e aos bens materiais. No século XVIII, “quando na França, o poder público começou a tomar as primeiras medidas de proteção aos monumentos de valor para a história das nações, o uso de ‘patrimônio’ estendeu-se para os bens protegidos por lei e pela ação de órgãos especialmente constituídos, nomeando o conjunto de bens culturais de uma nação” (Rodrigues 2001:16). Durante o século XIX, a criação de patrimônios nacionais intensificou-se e “serviu para criar referenciais culturais comuns a todos que habitavam um mesmo território, unificá-los em torno de pretensos interesses e tradições comuns”, a despeito das diferenças sócio-culturais e memórias particulares locais e regionais, existentes em um mesmo território (Rodrigues, 2001:16).

Como se sabe, o patrimônio, enquanto legado que se recebe do passado, se vive no presente e se transmite ‘as futuras gerações, está ligado à memória e se constitui em ponto de referência do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva. Assim, além de servir ao conhecimento do passado, o patrimônio permite aos homens relembrar experiências vividas, podendo reforçar o sentimento de compartilhamento de determinados elementos culturais que alimentam o sentido de grupo e identidade coletiva (Rodrigues, 2001).

Como se sabe, grupos e comunidades nem sempre se mostram da mesma forma para os outros, podendo omitir ou enfatizar certos aspectos do que julgam ser sua identidade, dependendo das circunstâncias e intenções. Um grupo indígena, por exemplo, pode não se lembrar ou querer omitir aspectos ligados a sua identidade

étnica no contexto da interação com outros setores da população de determinada região por medo de discriminação e ao mesmo tempo ressaltar esses aspectos e essa identidade quando se trata da venda lucrativa de sua imagem a “turistas”. As identidades portanto são complexas, dinâmicas, podem ser múltiplas, manipuladas, construídas e reconstruídas de acordo com as perspectivas e intencionalidades envolvidas em cada contexto (Vieira Filho, 1999).

A definição do que constitui o “patrimônio” e representa a cultura de uma dada sociedade também vai depender das condições de cada contexto, das concepções que cada época tem a respeito do que, para quem e por que preservar e envolve escolhas e exclusões, que se dão a partir das disputas e “negociações” entre os diversos setores sociais. Assim, como a memória e a identidade, o patrimônio tem, portanto, uma dimensão política evidente.

Em seu sentido corrente mais geral, pode-se dizer que o patrimônio representa “o conjunto de bens que uma pessoa ou entidade possui” (Barreto, 2000:9), sendo freqüentemente subdividido em patrimônio natural e cultural, em linha com a clássica divisão entre natureza e cultura que marca o pensamento ocidental. Enquanto o patrimônio natural é constituído pelas riquezas do solo e subsolo e por toda forma de “natureza”, a noção de patrimônio cultural vem tendendo a ser ampliada à medida em que se revisa e amplia o conceito de cultura.

De acordo com essa noção mais ampla, que vem se tornando cada vez mais aceita na sociedade contemporânea, patrimônio cultural inclui não apenas os monumentos e as manifestações artísticas materiais consagradas que representam a cultura das classes mais abastadas, tal como tendia a se conceber no ocidente sobretudo até a primeira metade desse século, mas todo o fazer humano, todos os bens tangíveis e intangíveis produzidos pelo homem, toda forma enfim, de patrimônio artístico, histórico, científico, tecnológico e social. Dessa forma, cada vez mais, o patrimônio passou a ser definido, conforme coloca Barreto (2000:9), pelo “conjunto de todos os utensílios, hábitos, usos, crenças e formas de vida cotidiana de todos os segmentos que compõe a sociedade.” Para alguns acadêmicos a noção de patrimônio cultural envolve até mesmo a de patrimônio ambiental, uma vez que hoje se concebe o ambiente “como um produto da ação dos homens, portanto da cultura” (Rodrigues, 2001:16). Todavia, em vários âmbitos oficiais, acadêmicos e do senso comum, muitos ainda utilizam o termo “patrimônio” em referência apenas ao patrimônio histórico-arquitetônico.

No âmbito do tratado internacional da Convenção sobre a proteção do patrimônio mundial cultural e natural que em 1972 foi aprovado pela Organização das Na-

ções Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) - órgão que se propõe a promover a identificação, a proteção e a preservação do patrimônio cultural e natural de todo o mundo considerado especialmente valioso para toda a humanidade - o patrimônio cultural é composto por monumentos, grupos de edifícios ou sítios que tenham valor histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico. Já o patrimônio natural significa as formações físicas, biológicas e geológicas excepcionais, *habitats* de espécies animais e vegetais ameaçadas e áreas que tenham valor científico, de conservação ou estético. Considerando patrimônio em seu aspecto cultural e natural, a Convenção nos lembra as formas pelas quais o homem interage com a natureza e, ao mesmo tempo, a necessidade fundamental de preservar o equilíbrio entre ambos. Todos os países possuem sítios de interesse local ou nacional que constituem verdadeiros motivos de orgulho nacional e a Convenção os estimula a identificar e proteger seu patrimônio, esteja ou não incluído na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO.<sup>1</sup>

Cabe lembrar que a valorização do patrimônio como um fator de memória das sociedades, apesar de existir já há algum tempo, deu-se sobretudo a partir do final da década de 1970. Hoje, cada vez mais, acredita-se que “preservar o patrimônio é garantir que a sociedade tenha maiores oportunidades de perceber a si própria” (Rodrigues, 2002:17).

Preservar, nesse contexto, pode ser entendido como o ato de manter os testemunhos das manifestações culturais e ambientais que possibilitam a uma sociedade reconhecer a sua identidade, valorizando-a e estabelecendo referenciais para a construção do seu futuro. Para proteger o patrimônio, são necessárias políticas de preservação que, como de costume, tendem a refletir os valores e interesses dominantes. Assim, quanto mais a sociedade mais ampla for ouvida nas questões de preservação tanto melhor. As medidas protecionistas se fazem por meio de atos e procedimentos que o Poder Público adota com o intuito de preservar, valorizar e revitalizar o seu patrimônio.

A Constituição Brasileira estabelece que é função da União, do Estado e dos Municípios, com apoio das comunidades, preservar os bens culturais e naturais brasileiros. O *inventário* é a primeira forma para o reconhecimento da importância dos bens culturais e ambientais, por meio do registro de suas características principais. Os *Planos Diretores* dos municípios também podem estabelecer for-

<sup>1</sup> Os países reconhecem que os sítios localizados em seu território nacional e inscritos na Lista do Patrimônio Mundial elaborada pela UNESCO, sem prejuízo da soberania ou da propriedade nacionais, constituem um patrimônio universal com cuja proteção a comunidade internacional inteira tem o dever de cooperar. Cerca de 17 sítios em diferentes partes do Brasil já foram declarados pela UNESCO “Patrimônio da Humanidade”.

mas de preservação do patrimônio, em nível municipal, por intermédio do planejamento urbano. O Plano Diretor é um instrumento de planejamento que o município utiliza para definir as estratégias e ações necessárias para o seu desenvolvimento, a partir de um diagnóstico amplo das dificuldades e potencialidades da municipalidade, em seus aspectos econômicos, sócio-culturais e ambientais. O Plano Diretor define as áreas mais adequadas à ocupação humana no município de acordo com as suas potencialidades e limitações, disciplinando a alocação de indústrias, comércio e serviços e permitindo, dessa forma, que o município reorganize seu espaço e cresça de forma organizada e harmônica. Além de poder definir normas que protegem o patrimônio nos seus Planos Diretores, os municípios podem ainda criar leis específicas que estabelecem incentivos à preservação. O *tombamento* é a medida legal mais concreta para proteger o patrimônio e pode ser feito pela União, por intermédio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pelo Governo Estadual, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado ou pelas administrações municipais, utilizando leis específicas ou a legislação federal. O tombamento significa um conjunto de ações realizadas pelo poder público com o objetivo de preservar, por meio de legislação específica, bens culturais de valor histórico, cultural, arquitetônicos e ambiental impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados em suas características essenciais. O tombamento pode ser aplicado a bens móveis e imóveis, mas somente àqueles de interesse coletivo e para a preservação da memória.

Na prática, entretanto, observa-se muitas vezes dificuldades de recursos para manter o patrimônio preservado em bom estado de conservação. Uma alternativa para viabilizar a conservação do patrimônio é o seu reaproveitamento para fins lucrativos pela iniciativa privada ou o seu uso por órgãos do Estado, de acordo com as necessidades do presente, como já acontece em vários países. Essa idéia, entretanto, encontra resistências entre alguns técnicos, já que para os preservacionistas a conservação dentro desse modelo destruiria a ‘aura’ do bem cultural, em sua finalidade original.

## O Patrimônio e o Turismo

O entendimento do que vem a ser patrimônio para fins turísticos tende também a ser amplo e aberto, como convém ao setor do turismo. Assim por exemplo, a Organização Mundial de Turismo (OMT) - principal organismo internacional coordenador de ações nesse setor a nível mundial - entende o patrimônio como o conjunto potencial conhecido ou desconhecido dos bens materiais ou imateriais

existentes em um determinado território que estão à disposição do homem (OMT, 1998).

O patrimônio constitui a matéria prima potencial das atividades turísticas e principal elemento sobre o qual incidem essas atividades. Quando se transforma em objeto de atração turística se converte em “atrativo turístico”. Todas as áreas do mundo guardam um patrimônio natural ou cultural mais ou menos importante, cujos elementos, individualmente ou em combinação, podem representar atrativos turísticos susceptíveis de uma maior ou menor atração. Os atrativos turísticos constituem a variável básica de todo desenvolvimento turístico e são também freqüentemente classificados em atrativos naturais e culturais. O patrimônio turístico constitui-se, dessa forma, em toda forma de patrimônio natural e cultural capaz de atrair fluxos turísticos.

Idealmente, para que a atividade turística tenha condições de se desenvolver em um determinado espaço este deve oferecer não apenas atrativos mas todo um conjunto de serviços de apoio. A oferta turística será o somatório dos atrativos turísticos, dos serviços, equipamentos e facilidades turísticas (tais como transporte, meios de hospedagem, serviços de alimentação e agenciamento turístico) e infra-estrutura de apoio (tais como vias de acesso, saneamento, rede de energia, comunicações) e constitui a base da atividade turística, o ‘produto turístico’ a ser oferecido no mercado (Ignarra, 2000).

Depois da massificação de destinos e roteiros dos “pacotes turísticos” - viabilizada a partir de fins do século passado pelo aprimoramento dos meios de transporte (de início pelas ferrovias, depois pelos automóveis e pela aviação) e pela conquista da disponibilidade de tempo pelos trabalhadores com férias pagas - o clássico turismo de massas tende a perder cada vez mais mercado, principalmente na Europa e nos EUA (Serrano, 1999).

Em reação às diferentes formas de poluição, instabilidade, stress e outros problemas sócio-ambientais negativos que tendem a incidir na modernidade e na vida do homem contemporâneo, assiste-se a um crescente demanda por um contato maior com uma natureza purificada, uma valorização e busca de simplicidade e do ideal de vida de vila, onde as relações entre os homens e a natureza seriam em tese mais “puras”, o crescimento de um sentimento de nostalgia por um passado idealizado, a busca de significado enfim, através do consumo desse tipo de diferença.

No turismo, isso se reflete em termos de recuo da demanda por pacotes padronizados, crescente segmentação de mercado e procura por roteiros turísticos considerados “exóticos” ou dirigidos a ambientes de grande interesse paisagístico-ecológico (Trigo, 1993:102-103; Vieira Filho, 1999).

Devido ao seus inúmeros atrativos “naturais” e “culturais” e ao incremento de recursos públicos e privados alocados no desenvolvimento turístico do país nos últimos anos, o Brasil deve continuar a receber cada vez mais turistas.<sup>2</sup> No entanto, alguns fatores internos atuam como sérios inibidores a essa tendência tais como a miséria explícita, violência, infra-estrutura precária em muitos aspectos - sobretudo em relação ao transporte e saneamento - degradação ambiental e má conservação de importantes elementos do patrimônio natural e cultural. Se esses problemas que afastam turistas internos e estrangeiros do nosso país não forem atacados poderão certamente comprometer o crescimento do turismo no país.

Na prática, não só o patrimônio brasileiro, como o de toda humanidade se encontra cada vez mais ameaçado de destruição, tanto pela deterioração normal, decorrente de fatores naturais tais como enchentes, erosão e inclemências do tempo em geral, como pelas mudanças provocadas pela ação do homem nas condições econômicas, sociais e ambientais, que geram várias tipos de problemas e formas de poluição que agravam a situação desse patrimônio. Um desses fatores de ameaça ao patrimônio seria exatamente o turismo (Barreto, 2000).

Em tese, o fenômeno do turismo pode impactar as sociedades e patrimônios locais de diferentes formas e trazer como consequência tanto a degradação como a conservação e revitalização do patrimônio das regiões de destino, bem como gerar novos conflitos e necessidades para a gestão desse patrimônio nesses contextos.

O conceito de impacto do turismo se refere às consequências que as atividades turísticas podem provocar no ambiente ‘natural’, sócio-econômico e cultural dos territórios que se tornaram destinos turísticos. Esses impactos podem ser considerados “positivos” ou “negativos”, dependendo do ponto de vista em questão, e ocorrerem simultaneamente ou em seqüência. Os impactos e sua magnitude dependem de uma série de fatores ligados às particularidades da população e do meio-ambiente da região de destino, do perfil, características e comportamentos dos fluxos turísticos que se estabelecem e das formas de intervenção do Estado e

<sup>2</sup> Segundo dados da Embratur (página na Internet: [www.embratur.gov.br](http://www.embratur.gov.br)), o Brasil recebeu cerca de 5,3 milhões de turistas estrangeiros em 2000.

outros agentes nesse processo. Muitas vezes é difícil separar os impactos ocasionados pelo turismo das influências devidas a outros fatores e processos de mudanças que podem estar ocorrendo simultaneamente, como a instalação de algum empreendimento. Por todos esses motivos, existem dificuldades em se medir e em prever os impactos do turismo. Não obstante, existem certos consensos em relação à questão.

Vários estudiosos dos impactos do turismo admitem que o turismo pode trazer benefícios para as regiões de destino, ao mesmo tempo em que seu crescimento desordenado normalmente provoca danos às vezes irreversíveis à “natureza” e as culturas. Essa literatura normalmente classifica e descreve os impactos do turismo em termos ‘econômicos’, ‘sócio-culturais’ e ‘ambientais’.

Em termos econômicos enfatiza-se sobretudo a geração de emprego e renda e o desenvolvimento da infra-estrutura como benefícios potenciais do turismo, ao mesmo tempo em que se alerta para os custos de importação de produtos especiais para o consumo de turistas e para o risco do aumento da dependência da economia local em relação ao turismo. A geração de mais renda e emprego na região receptora usualmente traz como consequência negativa o estímulo a tendências inflacionárias a nível local, particularmente em relação à terra e habitação.

Em termos ‘ambientais’, os prejuízos potenciais do turismo desordenado mais enfatizados são a degradação ecológica ou destruição do patrimônio “natural” pela construção de alojamentos e outras infra-estruturas, deficiências de saneamento básico e poluição das águas e solos por dejetos e esgotos, erosões causadas por desmatamentos e abertura e usos indevidos de trilhas. O aumento do número de carros em circulação e outras atividades turísticas costumam aumentar a poluição do ar e sonora, enquanto que novas construções e sinalizações muitas vezes comprometem a paisagem e a estética do conjunto do patrimônio arquitetônico, ocasionando poluição visual. De outro lado, dada a importância e atratividade de um meio-ambiente saudável para a prática turística, o turismo pode levar ao aumento da consciência sobre o meio-ambiente (tanto por parte de turistas quanto da população local) e à melhoria da sua qualidade, à valorização e conservação de áreas naturais importantes e à criação de áreas protegidas.

A maior parte das pesquisas sobre os impactos sócio-culturais do turismo evidencia que os benefícios e problemas gerais que o turismo acarreta tendem a ser distribuídos de forma desigual dentro ou fora da sociedade em questão (Vieira Filho, 1999).

Muitos desses estudos mostraram que novas oportunidades de emprego geradas pelo turismo costumam diminuir a emigração, mas também atraem novos residentes, afetando o tamanho da população, sua composição por sexo e idade e a distribuição ocupacional por setores de atividade econômica. O aumento da população residente e sazonal é normalmente associado a um crescimento na urbanização podendo levar também a aumento de pressão sobre as infra-estruturas existentes, congestionamentos e à conseqüente perda das comodidades dos habitantes. Como o turismo acontece sobretudo em fins de semana, feriados e período de férias, costumam ocorrer alterações no ritmo de vida social nas sociedades receptoras. O contato com turistas tende a estimular uma maior comercialização das manifestações culturais locais – que passam em boa medida a ser produzidas para esse mercado –, cópia dos padrões de consumo e comportamentos de turistas, crescente individualismo e emergência de novos valores (políticos, sociais, religiosos, morais), alterações de normas, costumes e formas como a identidade é vivenciada nesses locais. O contato com outros modelos de relações sociais, sobretudo de gênero e de gerações, e o aumento das oportunidades de trabalho e renda para mulheres e jovens tendem a mudar o status e o grau de autonomia desses setores da população local. Esse tipo de mudança, a crescente perda de controle sobre os recursos locais e de autonomia ao nível da comunidade local para pessoas “de fora” e uma provável tendência à incorporação desses agentes e diversificação das estruturas de poder local e interesses políticos, normalmente resultam em crescentes conflitos na comunidade, em torno de novas questões. Todas essas mudanças aqui relatadas, juntamente com o aumento da circulação de renda nesses destinos, podem levar ainda a um aumento no uso de drogas, crimes, permissividade, prostituição, stress e conflitos em geral.

De outro lado, o turismo pode trazer impactos sócio-culturais benéficos, como o aumento das oportunidades econômico-sociais e de ócio. A renda e a pressão política que o turismo gera, sobretudo o de segunda residência, podem implicar em melhora das condições de infra-estrutura, serviços e qualidade de vida também para os residentes. Esses fatores, aliados à valorização do lugar e sua cultura pelos turistas podem levar à conservação e revitalização do patrimônio cultural e local (ainda que em boa parte para atender a demanda de consumo dos turistas), ao aumento do status social e auto-estima da população local e à reafirmação da sua identidade cultural.

É importante enfatizar que várias respostas locais ao turismo, incluindo casos de descaracterização, resistência ou revitalização de seu tecido social e costumes, podem coexistir e mudar com o tempo.

Podem também ocorrer controvérsias entre turistas e populações locais quanto à definição do que é tradição e quem deveria defini-la e controlá-la, o que deveria ser preservado ou não como patrimônio e como este deveria ser utilizado (Vieira Filho, 1999). Como os usos e demandas em relação aos recursos podem ser múltiplos e conflitantes, o turismo pode levar assim a uma competição pelo espaço-patrimônio entre diferentes segmentos de turistas e de residentes, o que implica em certas dificuldades para a gestão desse patrimônio.

No caso do Platô de Gizé das pirâmides do Egito, por exemplo, o mesmo recurso sofre pressões por causa do uso múltiplo e algumas dessas utilizações são incompatíveis. Como relatado por Evans (2001), enquanto os turistas de antigüidade preferem esses monumentos livres de qualquer atividade, alguns moradores daquela cidade, que vêem o local como uma oportunidade econômica e residencial, construíram favelas na base do platô e fornecem serviços não oficiais aos turistas, tais como passeios de camelo e venda de *souvenirs*. As classes médias do Cairo, de outro lado, demandam o Platô como espaço público de lazer aberto e informal para inúmeras atividades, como um parque urbano. Todas essas atividades, contudo, criam problemas para a região, que é muito sensível do ponto de vista arqueológico. Para resolver vários desses conflitos e para proteger o recurso foi proposto um plano de gerenciamento que identificava o turismo como o único uso legítimo do lugar e visava à remoção de todas as atividades consideradas inopurtas, priorizando a proteção ao recurso. Dessa forma, o plano acabou causando uma grande resistência entre moradores locais. Como sugere Evans (2001), a identificação das necessidades e solicitações de grupos de usuários distintos em um estágio inicial de planejamento, permitiria uma aproximação mais flexível da gestão de recursos do Cairo e outros lugares, podendo ajudar a evitar alguns dos problemas identificados.

### **Conclusões e sugestões**

Apesar do turismo poder implicar em certos aspectos predatórios nas regiões de destino, ele pode também vir a estimular a existência e reabilitação do patrimônio, através de seu uso como recurso recreacional. Um número cada vez maior de autores vem argumentando que a cultura não é mesmo estática, que esse tipo de demanda de uso do patrimônio é inevitável atualmente e preferível 'a sua destruição pelo mercado ou pela falta de recursos para a sua conservação. Assim, para estes, a melhor opção para o patrimônio cultural é a conservação, que permite viabilizar economicamente a manutenção dos bens culturais, móveis ou imóveis e, fundamentalmente, a utilização dos bens como equipamentos turísticos (Barreto, 2000:34).

A recriação de espaços históricos revitalizados, se bem realizada, apoia-se na memória coletiva e a estimula (Barreto, 2000:44). Todavia, críticos argumentam que esse tipo de revitalização e especulação imobiliária advinda pode impactar negativamente as pessoas que utilizavam esses locais, podendo implicar até no seu deslocamento da área em alguns casos, como ocorrido com a revitalização do Pelourinho em Salvador. Esse tipo de projeto pode e deve contudo ter o cuidado de prever e adotar medidas para não prejudicar o meio-ambiente e as pessoas que utilizavam essas áreas previamente 'a sua revitalização e incremento de uso turístico. Em projetos de maior escala os estudos de impacto ambiental detalhados, segundo as normas, se fazem necessários.

Um tipo de alternativa que reúne as preocupações com patrimônio, revitalização, museus e turismo e merece ser mencionada é a criação dos *site museums* (museus no local), que vem sendo bem sucedidos em várias partes do mundo. Esse "é um museu concebido e implantado para proteger a propriedade natural ou cultural, móvel ou imóvel, em seu local original, ou seja, preservada no local em que tal propriedade foi criada ou descoberta" (Hudson 1987:144), através da sua utilização no presente para fins didático-pedagógicos e culturais.

Enquanto a conservação do patrimônio pode ser viabilizada com a ajuda do turismo, de outro lado, a conservação do patrimônio natural e cultural favorece o turismo, sendo importante para atrair e desenvolver um turismo de qualidade em uma região. Na medida em que equipamentos do patrimônio revitalizados poderão ser usados não apenas por turistas mas também pela população local, estes podem se tornar um fonte de conhecimento para todos, o que leva a sua valorização também pelos habitantes locais.

Para que o desenvolvimento do turismo não degrade o patrimônio, que é a base da sua própria existência, ele deve ser desenvolvido de forma equilibrada e harmoniosa com os recursos físicos e sócio-culturais das regiões receptoras e, para tanto, não pode ser estimulado cegamente.

Sem dúvida, o planejamento do uso dos recursos e do turismo em seu sentido amplo é o principal instrumento que se concebe para se minimizar os impactos negativos do turismo e se maximizar os positivos, tendo portanto um papel importante no processo de harmonização do turismo com o patrimônio e sua preservação. O planejamento deve promover o desenvolvimento sustentável do turismo do município com eficiência, qualidade e competitividade visando, simultaneamente, a geração de benefícios sócio-econômicos para a região e a valorização e proteção do seu meio-ambiente total ("natural" e "cultural").

O desenvolvimento do turismo baseado no princípio da sustentabilidade é definido pela OMT (1998:21) como “aquele que satisfaz as necessidades dos turistas atuais e regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e abre oportunidades para o futuro. Ele é concebido para levar ao manejo de todos os recursos de forma tal que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas, ao mesmo tempo em que se mantém a integridade cultural, processos ecológicos essenciais, diversidade biológica e sistemas de apoio a vida”.

Do ponto de vista ambiental, portanto, o turismo deve ser planejado de forma que seu desenvolvimento não gere sérios impactos ambientais e sócio-culturais adversos, que a qualidade ambiental da área seja mantida ou melhorada no seu todo, que os benefícios do turismo sejam amplamente absorvidos pelas comunidades locais e disseminados na sociedade e que os níveis de satisfação dos turistas sejam sustentados. Se o turismo é planejado dessa forma, ele pode contribuir significativamente para o desenvolvimento econômico, social e a preservação ambiental, ajudando a redesenhar o país e outras regiões no mundo, onde essas diretrizes forem aplicadas.

Um planejamento adequado do turismo irá requerer o conhecimento do ambiente alvo, o levantamento e análise do conjunto dos recursos e dos fatores de atratividade da oferta e das tendências da demanda, objetivando a identificação das limitações e potencialidades para um desenvolvimento sustentado dessa atividade e proposição de alternativas concretas de ação para esse fim.

Faz-se necessário pensar e avaliar um destino turístico como um todo, incluindo a comunidade local, em suas peculiaridades e necessidades, respeitar sua capacidade de carga, ou seja, o número de turistas e visitantes que o local e seus recursos turísticos podem suportar sem prejuízos para a sociedade local e seu patrimônio e, quando necessário, propor ações para se (re)ordenar o uso do espaço (planejamento e lei de uso do solo), reduzir visitas, modificar o perfil dos fluxos de turistas e seu comportamento, incluindo planos e técnicas de gerenciamento de visitação ao recurso turístico, seja ele “natural” ou “cultural”.

Inskip (1995:290) sugeriu diretrizes para um plano de visitação que deveriam ser observadas de forma simultânea: (i) Os visitantes deveriam ter as mais amplas oportunidades possíveis de aproveitar, apreciar e entender os atrativos; (ii) o local de visitação não pode atingir um congestionamento excessivo, pois pode depreciar a experiência e aproveitamento pelo visitante; (iii) o atrativo não pode apresentar caráter de degradação ambiental.

Dentre as medidas e técnicas de gerenciamento de visitação a serem consideradas caso a capacidade de carga de um atrativo ou sua integridade não esteja sendo respeitada estão as políticas de cobrança de visita a atrativos para turistas e controle do número de turistas pelo sistema de reservas, redução da área e tempo de visita em atrativos, descentralização do fluxo turístico e medidas para reduzir sua sazonalidade, distribuindo-o melhor no tempo e no espaço (Inskip, 1995:270), além de programas educativos que estimulem uma visita proveitosa e responsável por parte do turista (Barreto, 2000:76). Cabe lembrar que como certos setores da população residente podem se sentir prejudicados e se opor a algumas dessas medidas que possam vir a reduzir sua clientela e lucratividade, é importante considerar também medidas que estimulem a capacitação e o investimento necessários para esses setores e para o desenvolvimento de um turismo socialmente e ambientalmente conseqüente, competitivo e de qualidade nesses locais.

Deve-se ressaltar que todo o planejamento, para ser viável e efetivo, deve ser construído e legitimado pela participação das populações locais e outros atores relevantes em todos os estágios do processo e pela devida troca de experiências e informações referentes ao saber técnico e local necessários para esse empreendimento. O grau de participação da comunidade local assim informada deve ser o maior possível e os benefícios do desenvolvimento turístico deverão fluir sobretudo para ela, incluindo as minorias e outros grupos menos privilegiados.

Esses esforços ajudariam a focar melhor todo o planejamento do turismo sustentável e especialmente aqueles aspectos ligados à definição e manejo do patrimônio e recurso turístico. Como vimos, é comum haver polêmica sobre o que é patrimônio, o que deve ser conservado e de que forma, e como isso se relaciona com as pessoas locais e seu sentido do que é importante lembrar.

Cabe enfatizar por fim, que a educação patrimonial tem um papel muito importante para a preservação do patrimônio e para o planejamento e desenvolvimento do turismo sustentável no Brasil e outros destinos turísticos, contribuindo para que os atores relevantes participem devidamente informados desses processos e desenvolvam atitudes construtivas a respeito. Para tanto, essa educação deveria ser direcionada não apenas para turistas e visitantes, estimulando uma visita mais responsável por parte dos mesmos, como também deveria ser voltada para estimular o uso e manejo sustentável do patrimônio por parte das comunidades locais, agentes privados e governamentais a ele relacionados. Nesse caso, deveria incorporar a discussão da importância da preservação do patrimônio para o turismo e do turismo para o patrimônio, bem como dos principais meios e questões envolvidas nesses temas, tal como apontadas neste artigo.

## Referências Bibliográficas

- .Barreto, M. *Turismo e Legado Cultural*. Campinas, SP: Papirus, 2000.
- .Evans, K. "Competição pelo espaço-patrimônio. O conflito entre residentes e turistas do Cairo." Tyler, D. Guerrier, Y e Robertson, M. (org); [Trad. Gleice R. Guerra]. *Gestão de Turismo Municipal*. São Paulo: Futura, 2001.
- .Hudson, K. *Museums of Influence*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- .Ignarra, L. R. *Fundamentos do Turismo*. São Paulo: Pioneira, 2001.
- .Inskip, E. *Tourism Planning: An Integrated and Sustainable Development Approach*. Canada: John Wiley & Sons, 1995.
- .OMT – Organización Mundial del Turismo. *Introducción al Turismo*. Madrid, 1998.
- .Rodrigues, M. "Preservar e Consumir: O Patrimônio Histórico e o Turismo" em Funari, P. P. e Pinsky, J. (org). *Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Contexto, 2001.
- .Serrano, C. "Uma Introdução à Discussão sobre Turismo, Cultura e Ambiente". Serrano, C. e Bruhns, H. (orgs) *Viagens à Natureza. Turismo, Cultura e Ambiente*. Campinas: Papirus, 1999.
- .Trigo, L. G. *Turismo e Qualidade: Tendências Contemporâneas*. Campinas: Papirus, 1993.
- .Vieira Filho, N. A. Q. *Tourism and Social Identity. An Anthropological Study in Lavras Novas, Ouro Preto, Brazil*. PhD Thesis, University of Manchester, Manchester, 1999.